

POESIA NEGRA BRASILEIRA – REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA E TRADUÇÃO CULTURAL

Sara Viola Rodrigues*

RESUMO: No contexto atual da América Latina e tendo como cenário as políticas públicas compensatórias no Brasil, este trabalho irá examinar a relação entre a poesia negra brasileira e as ações afirmativas. Pretende-se verificar questões concernentes à representação literária da identidade do negro na literatura brasileira (poesia) ao longo dos séculos XIX e XX em termos da reivindicação do direito à plenitude da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: poesia - poesia negra brasileira - cidadania

ABSTRACT: Under the perspective of the present Latin America political and social context and in the scenario of the compensatory public policies in Brasil today, this work will examine the relationship between Afro-Brazilian poetry and the affirmative actions. The literary representation of the afro-Brazilian identity in Brazilian literature (poetry) along 19th and 20th centuries will be analyzed in terms of the contemporary demanding for full citizenship rights.

KEYWORDS: poetry - brazilian black poetry - citizenship

Uma reflexão sobre a representação literária da problemática das (des)igualdades na América Latina hoje se faz necessária e indispensável. Inserida no quadro mais amplo das ciências humanas e dos estudos culturais comparados, a referida reflexão, dentro de uma perspectiva historiográfica e literária, pode esclarecer e aprofundar o estudo do conjunto de questões que entram em jogo na abordagem desse tema. Diante dos textos e suas interpretações e frente aos discursos historiográficos sobre o assunto, adotamos posicionamento análogo ao de Schmidt (2010) ao se referir especificamente ao papel do historiador em face às polêmicas sobre o descobrimento e a conquista do continente americano:

Como historiadores, julgamos ser nosso papel, mais do que simplesmente defender uma das posições em jogo, procurar compreender o descobrimento e a conquista, inserindo-os no contexto de sua ocorrência. Longe de adotarmos uma falaciosa posição de neutralidade científica, acreditamos que o exame de tais fatos em uma perspectiva histórica pode enriquecer e iluminar o debate (p.11).

Portanto, ao tratar da representação literária na poesia, do processo de luta pelos direitos sociais e econômicos – direito de cidadania – do segmento negro na sociedade

* Graduada em Língua Portuguesa e Inglesa e respectivas literaturas e doutora em Estudos Comparados de Literatura pela Universidade de São Paulo. Profa. do PPG-Letras e Diretora da Editora da UFRGS.

brasileira, pauta-se a necessidade de levantar dados bibliográficos dessa representação, para que se possa compreender seu significado no contexto situacional de sua realização. Evidentemente esse levantamento, caracterizado em sua fase inicial metodologicamente como um estudo descritivo, deve ir muito além disso e não se esgotará em meia dúzia de artigos como este. Entretanto, é preciso ser iniciado com esta finalidade, e é o que nos propomos a realizar, examinando primeiramente alguma bibliografia que refere-se à sua pertinência.

Nesse sentido, referimos Baquero (2001) e Catani & Díaz (2005) que, em estudos sobre a sociedade latino-americana, advogam a necessidade de um novo debate teórico que conduza à compreensão e explicação do contexto atual que leva à reprodução da situação de pobreza, exclusão social e desigualdade no continente. A finalidade dos estudos parece ser encontrar respostas, a partir de um enfoque multidisciplinar, que orientem a formulação de políticas públicas dirigidas para a superação desse quadro agônico, bem como o estabelecimento de referenciais teóricos para a implementação de projetos de desenvolvimento.

No prefácio da primeira obra citada, Solange Jurema, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, registra o que todos nós constatamos de modo cada vez mais nítido e forte no dia a dia de nossa experiência como cidadãos brasileiros: o paradoxo da institucionalização de mecanismos de construção, reconhecimento e consolidação da cidadania e, ao mesmo tempo, o descrédito da população frente às instituições políticas e seus representantes.

A questão da desigualdade teve início no território do Novo Continente há longo tempo. Em Wasserman (2010), encontramos cinco capítulos dedicados à informação, interpretação e “discussão historiográfica de temas relevantes da história da América”, segundo a própria autora, desde 1500 até nossos dias. A leitura desses trabalhos evidencia, como pano de fundo e permeando a história do continente latino-americano, uma permanente busca de riqueza e poderio às expensas dos segmentos menos privilegiados. Já no primeiro desses capítulos, a descrição do domínio das Antilhas e da extinção da Civilização Inca são uma excelente ilustração dessa exploração de cunho colonialista.

Em nossos dias, Baquero (2001: 9) declara o que também é notório: o fato de que a América Latina vive atualmente uma crise de ordem ética, moral, política e econômica, sem contudo que isso cause o mesmo impacto de outrora. O autor fala em “naturalização do conceito de crise”. Dá como exemplo a ausência de discussão sobre os perigos de rupturas institucionais para a democracia. Baquero alude ao distanciamento dos indivíduos da cena política, por falta de confiança na política e nos políticos e aponta “uma crescente individualização, em detrimento de orientações coletivas”. Embora estejamos sob um sistema político democrático, o autor assinala que tal situação pode ser somente uma aparência, já que para governar, “o governo adota, crescentemente, procedimentos antidemocráticos, de que são exemplos decisões isoladas do executivo, como é o caso da adoção de medidas provisórias”.

Entretanto é nesse mesmo quadro que afloram inúmeras discussões sobre igualdade, desenvolvimento sustentado, qualidade de vida, preocupações ecológicas e

perspectivas para o futuro. Baquero emprega a expressão “politização de novos temas” ao se referir a essas discussões, as quais, segundo o autor, “não têm contribuído para estimular a participação dos cidadãos na esfera pública”.

Todavia, se existe escassa participação política da população em geral, a discussão desses temas encontra guarida em vários setores da sociedade, como em universidades, ONGs, sociedades científicas e culturais, etc. Em termos de universidade, no Brasil, um dos mais importantes locais de debate dos referidos temas é a área da Extensão¹, especialmente nas universidades públicas.

Se, por um lado, a Extensão universitária recebe o influxo dos problemas da sociedade, por outro, nela interfere através de suas atividades de pesquisa e ensino, associadas à extensão. Essas atividades acabam por influenciar e mesmo dar forma a novas políticas públicas². No caso específico do problema da exclusão social, o desejável é que a universidade encontre alternativas viáveis, com a própria sociedade, para um resgate de condições que permitam uma cidadania plena. Com Baquero, cremos que tais condições supõem “um papel mais ativo e participativo do cidadão e da sociedade no processo de construção democrática” (p.10).

Nessa perspectiva, em outra obra organizada pelo mesmo autor, sob o título *Cultura(s) Política(s) e Democracia no Século XXI na América Latina* (2011), verifica-se um aumento de foco sobre o tema da cultura política, elemento fundamental, segundo parece, ao equacionamento dos problemas sociais. Na orelha do referido livro, lê-se:

No estágio atual das democracias latino-americanas, constata-se um crescente interesse pelo que se convencionou denominar de cultura política. No âmago de estudos dessa natureza, coloca-se o papel que o cidadão, com seus valores e suas crenças, tem na determinação do seu futuro por meio de práticas participativas na arena política. Desse modo, a democracia não se circunscreve unicamente à engenharia institucional ou à existência de procedimentos formais, mas vai além, [delineia-se] na forma como as pessoas decodificam a política e [na forma] como as atitudes e comportamentos políticos são estruturados.

Ponto central das culturas políticas, orientando suas práticas, estão os valores culturais e as atitudes que são formatadas a partir deles. A obra acima referida trata de compreender como os valores culturais influenciam no desenvolvimento da democracia.

1 O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão em 1987 estabeleceu como diretriz conceitual e política que a Extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

2 Na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul existe o Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) que há mais de 14 anos vem fomentando, apoiando e articulando prioritariamente projetos sociais. Nessa linha, entre 2003 e 2009 intensificou, por exemplo os Projetos: “Educação Antirracista no Cotidiano Escolar”, “Múltiplos Alfabetismos”, Educação Indígena, “Regularização Fundiária”, Especialização em Projetos Sociais e Culturais na Escola e “Conexões de Saberes”. Os referidos projetos possuíam ações realizadas em parceria com prefeituras municipais, Defensoria Pública do Estado e com o próprio Ministério de Educação e Cultura. O DEDS possui duas linhas editoriais associadas a seus projetos sociais.

Em termos práticos, segundo o mesmo autor, consensos, compromissos e tolerância política – entre Estado e sociedade – forjam o ambiente propício para a democracia.

Nessa esteira, relativamente aos valores culturais e às questões que se referem à inclusão social e ações afirmativas, o tema que mais sistematicamente tem chegado ao debate acadêmico é o que trata do reconhecimento e respeito à diversidade racial, e nomeadamente no caso brasileiro, da concessão do direito de plena cidadania para o índio e o negro. Relativamente a este último, sendo o tema da escravidão nuclear para os estudos da história do negro e o estabelecimento de elos entre elementos dessa história e as ações afirmativas, consideramos imprescindível consultar a obra organizada por Regina Célia Lima Xavier, *História da Escravidão e da Liberdade no Brasil Meridional: guia bibliográfico* (2007), para formar uma ideia da produção existente e significativa sobre a temática da escravidão e para a elaboração de trabalhos comparativos sobre o assunto. A pressão do segmento social dos negros frente ao resgate de sua cultura e acesso a uma educação de qualidade torna-se cada vez mais forte neste início de século em que a identidade racial brasileira e as formas de racismo no Brasil ocupam lugar central no debate político-cultural. São inúmeras as ações nesse sentido³.

No bojo da discussão do tema da igualdade, em que avultam estatísticas estarrecedoras⁴, constata-se que amplos contingentes da população latino-americana encontram-se excluídos do acesso a bens essenciais, educação de qualidade e, por consequência, bons empregos e rendas adequadas.

São muitos os autores que tratam dessas questões. Entre eles, encontra-se Flávia Piovesan, Procuradora do Estado de São Paulo e Professora da PUC-SP, que publicou um artigo (2008) intitulado “Ações Afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas” em que aborda vários aspectos sobre a instituição de práticas que visam o estabelecimento da igualdade. Em seu artigo, trata especificamente da igualdade étnico-racial, com ênfase para as questões legais e formais da garantia ao “direito à igualdade e direito à diferença: sistema especial de proteção dos direitos humanos”. Piovesan inicia seu texto afirmando:

A ética emancipatória dos direitos humanos demanda transformação social, a fim de que cada pessoa possa exercer, em sua plenitude, suas potencialidades, sem violência e discriminação. É a ética que vê no outro um ser merecedor de igual consideração e profundo respeito, dotado do direito de desenvolver as potencialidades humanas, de forma livre, autônoma e plena. Enquanto um construído histórico, os direitos humanos não traduzem uma história linear, não compõem uma marcha triunfal, nem tampouco uma causa perdida. Mas refletem, a todo tempo, a história de um combate, mediante processos que abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana. Sob a perspectiva histórica de construção dos

3 Talvez o sinal mais significativo desse esforço seja a Lei Federal 10 639/03 que obriga a inclusão das disciplinas de História e Cultura Afro-Brasileiras no currículo do ensino fundamental e médio.

4 Segundo Kliksberg (apud Baquero, 2001: 22), no final do século XX foram contabilizados um bilhão e trezentos milhões de pessoas que carecem de condições mínimas de vida e vivem na pobreza extrema com menos de um dólar por dia; três bilhões estão na pobreza de subsistência com dois dólares por dia; um bilhão e trezentos milhões de pessoas não têm água potável; três bilhões não têm instalações sanitárias básicas e dois bilhões não recebem eletricidade.

direitos humanos, observa-se que a primeira fase de proteção desses direitos foi marcada pela tônica da proteção geral, que expressava o temor da diferença. Testemunha a história que as mais graves violações aos direitos humanos tiveram como fundamento a dicotomia do “eu versus o outro”, em que a diversidade era captada como elemento para aniquilar direitos. Vale dizer, a diferença era visibilizada para conceber o “outro” como um ser menor em dignidade e direitos, ou, em situações limites, um ser esvaziado mesmo de qualquer dignidade, um ser descartável, objeto de compra e venda (vide a escravidão) ou de campos de extermínio (vide o nazismo). Nesse sentido, merecem destaque as violações da escravidão, do nazismo, do sexismo, do racismo, da homofobia, da xenofobia e outras práticas de intolerância. É nesse contexto que se afirma a chamada igualdade formal, a igualdade geral, genérica e abstrata, sob o lema de que “todos são iguais perante a lei” (p.888).

Piovesan segue sua argumentação, estabelecendo as várias nuances do conceito de igualdade e conclui:

Nesse cenário, por exemplo, a população afrodescendente, as mulheres, as crianças e demais grupos devem ser vistos nas especificidades e peculiaridades de sua condição social. Ao lado do direito à igualdade, surge, também, como direito fundamental, o direito à diferença. Importa o respeito à diferença e à diversidade, o que lhes assegura um tratamento especial.

A autora apresenta as formas de acabar com a discriminação racial (tanto do ponto de vista punitivo – “que tem por objetivo punir, proibir e eliminar a discriminação”, como do ponto de vista promocional – “que tem por objetivo promover, fomentar e avançar a igualdade”). Para isso, Piovesan indica “as políticas compensatórias”, que

acelerem a igualdade enquanto processo. Isto é, para assegurar a igualdade não basta apenas proibir a discriminação, mediante legislação repressiva. São essenciais as estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais. Com efeito, a igualdade e a discriminação pairam sob o binômio inclusão-exclusão. Enquanto a igualdade pressupõe formas de inclusão social, a discriminação implica a violenta exclusão e intolerância à diferença e à diversidade. O que se percebe é que a proibição da exclusão, em si mesma, não resulta automaticamente na inclusão. Logo, não é suficiente proibir a exclusão, quando o que se pretende é garantir a igualdade de fato, a efetiva inclusão social de grupos que sofreram e sofrem um consistente padrão de violência e discriminação (p.890).

Em outras palavras, trata-se de criar ações afirmativas de inclusão social. Segundo Piovesan, “as ações afirmativas devem ser compreendidas não somente pelo prisma retrospectivo – no sentido de aliviar a carga de um passado discriminatório –, mas também prospectivo – no sentido de fomentar a transformação social, criando uma nova realidade” (p.890). E então a autora segue apresentando um rol de medidas formais: decretos, leis, portarias e programas políticos que dão suporte para as referidas ações no Brasil. Examina a situação e as perspectivas de sua adoção no País, as tensões,

as contradições e, especialmente, as divergências sobre sua legitimidade e eficácia. Termina asseverando que,

por fim, em um país em que os afrodescendentes são 64% dos pobres e 69% dos indigentes (dados do IPEA),²¹ em que no índice de desenvolvimento humano geral (IDH, 2000) figura em 74o lugar, mas que, sob o recorte étnico-racial, o IDH relativo à população afrodescendente o indica na 108a posição (enquanto o IDH relativo à população branca o indica na 43a posição),²² faz-se essencial a adoção de ações afirmativas em benefício da população afrodescendente, em especial nas áreas da educação e do trabalho indigentes (dados do IPEA),²¹ em que no índice de desenvolvimento humano geral (IDH, 2000) figura em 74o lugar, mas que, sob o recorte étnico-racial, o IDH relativo à população afro-descendente o indica na 108a posição (enquanto o IDH relativo à população branca o indica na 43a posição),²² faz-se essencial a adoção de ações afirmativas em benefício da população afrodescendente, em especial nas áreas da educação e do trabalho faz-se essencial a adoção de ações afirmativas em benefício da população afrodescendente, em especial nas áreas da educação e do trabalho.

Isso posto, coloca-se a seguinte questão: que tipo de ações serão benéficas para a população afrodescendente? Parece evidente que os próprios interessados devem ser ouvidos. E quem é exatamente esse povo? Qual sua identidade? Ao se examinar o tema dos direitos/deveres e igualdade, naturalmente chega-se ao tema da representação da identidade, o que, por sua vez, envolve a discussão de outras questões, como: identidade cultural, diversidade, ideologia e discurso, elementos esses que interferem na configuração e entendimento do processo de representação.

Tomando como base o que foi dito até aqui, é fácil concluir que o equacionamento dessas questões exige um olhar interdisciplinar. A literatura comparada permite esse olhar como mediadora na relação entre a literatura, as artes, religião e demais áreas do conhecimento, na concepção de Remak (1971). No caso particular da análise do texto literário em relação às ações afirmativas, interessa observar como a literatura representa a situação histórica, social, política e econômica da nação e como a diversidade cultural nela se estampa. Essa observação, pela possibilidade de focalizar os referidos fatores sócio-político-culturais relacionados com distintos grupos sociais, pode ser de grande importância no presente cenário e ter aplicações sumamente interessantes, inclusive na prática educativa, porque, como diz Gnisci (2002: 347), “ajuda(m) a interpretar de maneira mais útil e prazerosa o alcance cívico dos textos literários e também a ampliar o mais possível nossa visão de mundo”. Nesse sentido, além de estarmos ouvindo a própria voz do povo afrodescendente (interessado nas políticas afirmativas), estaríamos, de fato, procedendo a inclusão dessa voz no coro das outras vozes da sociedade.

Mas examinemos um pouco mais a relação da literatura com a representação da identidade cultural e da História. Segundo Eagleton (1978: 44-101), a História faz parte do texto literário como ideologia. Ela não é o seu objeto imediato; o texto literário apresenta a realidade social de forma genérica, ficcional e sem vinculação direta e particular com qualquer das condições da realidade a que se refere tal representação.

Portanto, o texto literário não refere o real particular (situações concretas do real), mas refere a formação ideológica (e, portanto, de forma oblíqua, a História) que as situações concretas e particulares produzem.

Embora as limitações apontadas por Althusser (apud Hall, 2003:160-98) ao conceito de ideologia na problemática marxista clássica, a concepção de Eagleton permanece útil, porque, como o próprio autor registra em outra passagem, a leitura do texto literário leva à compreensão das idéias, princípios e sentimentos que formam a consciência dos indivíduos nas diferentes épocas e esta compreensão permite, por sua vez, o entendimento mais profundo da história passada e presente. Há aspectos da visão de mundo das sociedades que só nos chegam pela literatura. Assim sendo, o exame do texto literário é necessário e pertinente, quando se busca conhecer em profundidade as circunstâncias que envolvem determinado problema social.

Por outro lado, há o fenômeno da tradução cultural dessas circunstâncias. Quando falamos em tradução cultural aqui, não nos referimos aos tipos de tradução intra ou interlingual no sentido de Jakobson (2000), mas, sim, por analogia, a seu significado contido no conceito amplo de tradução como interpretação direcionada por fatores culturais. Isso assume extrema importância no caso da interpretação da literatura produzida pelos segmentos sociais objeto das políticas compensatórias. Assim, a releitura da poesia negra brasileira à luz desse conceito, implica necessariamente atentar para a natureza do papel de sua enunciação, de seu tipo de discurso, da compreensão das condições em que esses textos são gerados e das estratégias de leitura e manipulação dos mesmos textos. Com efeito, as estratégias implicadas na tradução/interpretação bi-cultural são, por extensão, praticamente as mesmas que utilizamos na interpretação de textos dentro de uma mesma cultura. O conhecimento dos fatores que interferem na tradução cultural em seu sentido estrito⁵, portanto, ilumina, não só a leitura e produção de traduções interlinguais/interculturais, mas também nos torna lúcidos sobre como interpretamos os textos gerados em nossa própria língua/cultura.

Nessa mesma linha de raciocínio, encontramos no texto de Haroldo de Campos (1996), “Paul Valéry e a Poética da Tradução”, a concepção valeriana sobre tradução que se adequa estrategicamente a nossa perspectiva neste trabalho. Trata-se de uma formulação sobre o ato de traduzir que anula, como diz Haroldo, “a suposta diferença categorial entre escritura e tradução”(p.241): “Escrever o que quer que seja, desde o momento em que o ato de escrever exige reflexão e não é a inscrição maquinal e sem detenças de uma palavra interior toda espontânea, é um trabalho de tradução exatamente comparável àquele que opera a transmutação de um texto de uma língua a outra”.

Semelhante ponto de vista está presente no texto “Traducción: literatura y literalidad” de Octvio Paz (1981:7-9). As palavras iniciais de Paz na introdução do capítulo são: “Aprender a hablar es aprender a traducir”. O poeta ilustra sua afirmativa dizendo que quando a criança pergunta à mãe sobre o significado de uma palavra, na

5 Para o conceito de tradução cultural em sentido estrito, ver “La cultura como unidad de traducción”. In: VIDAL, Maria del Carmen, A. El futuro de la traducción: últimas teorías, nuevas aplicaciones. Valencia: Institució Alfons El Magnànim, 1998. Ver também: LEFEVERE, A. (ed.). Translation, History, Culture. London: Routledge, 1992.

verdade o que ela deseja é que a mãe traduza para sua linguagem o significado do termo traduzido. Paz segue declarando que o “significado da tradução dentro de uma língua, não é, nesse sentido, essencialmente distinto da tradução entre duas línguas diferentes” Mais adiante, ao referir o efeito destrutor da universalidade do espírito pela Idade Moderna, Paz declara:

La traducción ya no es una operación tendiente a mostrar la identidad última de los hombres sino que es el vehículo de sus singularidades. Su función había consistido en revelar las semejanzas por encima de las diferencias; de ahora en adelante manifiesta que esas diferencias son infranqueables, tráte-se de la extrañeza del salvaje o la de nuestro vecino.

O poeta discorre sobre as divisões que passam a existir a partir da modernidade e assinala que dentro de cada língua esta idéia de totalidade indivisível também deixa de existir, havendo, na língua, a reprodução das divisões segundo épocas históricas, classes sociais, gerações e, poderíamos acrescentar, etnias, gênero e culturas.

Há que se ter consciência da repercussão da literatura produzida pelos afrodescendentes no sistema literário brasileiro e, por consequência, na sociedade brasileira, pois isso ajuda a dar forma à identidade cultural do povo que está sendo ‘olhado’ pelas políticas públicas neste País.

Assim pretendemos considerar os textos poéticos, selecionados para este trabalho, a partir de um ponto de vista hermenêutico e complementar, ou seja, conforme o pensamento dos renomados poetas e teóricos citados acima, buscaremos traduzir/interpretar a diferença na fala e no pensamento do segmento negro na sociedade brasileira hoje e, simultaneamente, procuraremos, não suprimindo essa diferença, sublinhá-la, como uma das múltiplas manifestações das culturas em nossa sociedade.

Quando falamos em “culturas”, estamos expressando um modo de ver o referido fenômeno de modo basicamente semelhante ao pensamento de um dos ensaístas da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1997: 5-9), Joel Rufino dos Santos. No texto “Culturas Negras, Civilização Brasileira, Rufino dos Santos apresenta, entre outras questões, a diferença entre culturas e civilização; esta última seria “o encontro prolongado de culturas distintas gerando produtos novos e sofisticados – como foi o caso, por exemplo, do Egito faraônico, do Renascimento, ou da Revolução Americana. Culturas seriam “os campos de força em que se condensam as representações e os sentidos”. O autor segue argumentando de tal modo que leva o leitor a concluir, com ele, que o “negro deixa de ser uma ‘raça’, ou mesmo uma condição fenotípica e passa a ser um topo lógico, instituído simultaneamente pela cor, pela cultura popular, pela consciência da negritude como valor e pela estética social negra”.

Para a análise, optou-se por apresentar uma panorama da poesia negra brasileira, partindo do trabalho realizado por Bernd (1993) que teve por objetivo, segundo a própria autora (p.11), “reunir, em um período de cem anos de história literária brasileira, a construção e a evolução de uma consciência negra e sua expressão através do texto

poético”. É importante salientar, com a autora (p.13), que o traço definidor da literatura negra neste trabalho não é a temática negra, nem a cor da pele do escritor - “critério epidérmico”- mas a “emergência de um eu-enunciador que se assume como negro no discurso literário”.

Na antologia organizada por Bernd, com o título Poesia Negra Brasileira, os poetas estão distribuídos em três períodos, segundo classificação da própria organizadora: período pré-abolicionista, período pós-abolicionista e período contemporâneo. Sem a intenção de oferecer uma visão densa e muito ampla da poesia negra no Brasil, decidiu-se apresentar aqui somente fragmentos de parte dos textos da referida antologia e, mais adiante, alguns excertos de outra publicação divulgadora da poesia afro-brasileira: Cadernos Negros. Vejamos a classificação proposta por Bernd:

PERÍODO PRÉ-ABOLICIONISTA

Poeta selecionado: Luiz Gama (Luiz Gonzaga Pinto da Gama – 1830-1882). Contemporâneo de Castro Alves, o famoso poeta abolicionista, passou despercebido, sendo entretanto reconhecida sua importância por haver fundado “uma linha de indagação sobre a identidade” até hoje percorrida pela poesia negra brasileira. No poema/parródia “Quem sou eu?” rompe com a tradição do negro sempre tema, objeto, figurando, como declara Bernd (p.18), na produção literária sempre na terceira pessoa, “para apresentar o negro como sujeito, assumindo seu discurso na primeira pessoa”.

QUEM SOU EU?

Luiz Gama

Quem sou eu? Que importa quem?
Sou um trovador proscripto,
Que trago na fronte escripto
Esta palavra – Ninguém! –

DORES E FLORES

A. E. Zaluar

Amo o pobre, deixo o rico,
Vivo como o Tico-tico;
Não me envolvo em torvelinho,
Vivo só no meu cantinho
Da grandeza sempre longe
Como vive o pobre monge.
Porém bons que são antigos,

Fujo sempre à hipocrisia,
À sandice, à fidalguia;
Das manadas de Barões?
Anjo Bento, antes trovões.
Faço versos, não sou vate.
Digo muito disparate,
Mas só rendo obediência
À virtude, à inteligência:
Eis aqui o Getulino
Que no plectro anda mofino.
Sei que é louco e que é pateta
Quem se mete a ser poeta;
Que no século das luzes,
Os birbantes mais lapuzes,
Compram negros e comendas,
Têm brazões, não – das Calendas,
E com tretas, e com furtos
Vão subindo a passos curtos;
(...)

PERÍODO PÓS-ABOLICIONISTA

Poeta selecionado: Crua e Souza (João da Cruz e Souza – 1863-1898).

Bernd (p.30) registra que este poeta situa-se no período que a autora classifica como “limiar da consciência”. Cruz e Souza é considerado o maior poeta simbolista brasileiro. Não é em suas obras mais conhecidas (Missal e Broquéis) que Cruz e Souza manifesta sua consciência de negro. É especialmente no longo poema em prosa “Emparedado”, que o “poeta assume sua condição de negro emparedado no mundo branco”. Segundo Bernd, Cruz e Souza (p.30) “consegue, na última década do século XIX, propor a reflexão, sobre a qual alías se empenhará toda a antropologia moderna, da demolição da ideologia que pretende estabelecer falsos vínculos entre raça (ou cor da pele) e produção de determinada cultura”. Bernd cita os questionamentos do poeta: “Qual é a cor da minha forma, do meu sentir? Qual é a cor da tempestade de dilacerações que me abala? Qual a dos meus sonhos e gritos? Qual a dos meus desejos e febre?”(p.31).

No poema “Emparedado” Cruz e Souza assume a enunciação em primeira pessoa e trata do tema da “raça de África”, indo contra a visão dos que a consideram bárbara. Segundo o poeta, mais bárbaros são os brancos.

EMPAREDADO

Cruz e Souza

(...)

Artista! Pode lá isso ser se tu és da África, tórrida e bárbara, devorada insaciavelmente pelo deserto, tumultuando de matas bravais, arrastanda sangrando no lodo das civilizações despósticas, torvamente amamentada com o leite amargo e venenoso da Angústia! (...)

Artista?! Loucura! Pode lá isso ser se tu vens dessa longínqua região desolada, (...) Criação dolorosa e sanguinolenta de Satãs rebelados, dessa flagelada África, grotesca e triste, melancólica, gênese assombrosa de gemidos, tetricamente fulminada pelo mortal;

(...)

Não! Não! Não! Não transporás os pórticos milenários da vasta edificação do Mundo, porque atrás de ti e adiante de ti não sei quantas gerações foram acumulando, acumulando pedra sobre pedra, que para aí estás agora o verdadeiro emparedado de uma raça.

(...)

No mesmo período, cabe apresentar o poeta Lino Pinto Guedes (1906-1951), pela importância de sua atitude contra as forças ideológicas presentes entre os anos 1920 e 1930, quais sejam o branqueamento (ideal de imitação do estilo branco) e o da democracia racial, ilusão de que vivíamos num país sem preconceito racial.

DURO COM DURO...

Lino Guedes

Coisa que nunca se viu
Um preto de outro gostar;
Por isso eu não me admiro,
De você me abandonar
Por aquela deslambida,
Que vive o rosto a pintar.

Pinta sim reboca mesmo:
Mas vocês por uma branca
Dão tudo, tudo, até a vida.
Seja boa, ou seja tranca.
Só pelo gosto de ouvir:
- É casado c'uma branca

- Não faz mal, da minha vida

- Sorverei todo o seu trauo,
Lamentando esse teu fraco
Meu único amor, meu bravo
Que deixa de ser senhor
Para viver como escravo!

PERÍODO CONTEMPORÂNEO

Bernd (p.45) declara que a literatura de resistência se origina da manipulação da cultura resistente e transformação da referida manipulação em matéria poética. A primeira fase deste período é classificada pela autora como de “consciência resistente”. Nesta fase, a poesia negra brasileira constrói-se a partir da cultura africana que sobreviveu na América juntamente com as culturas européias e indígena. Essa literatura lembra à comunidade negra os mitos fundadores, lendas e ações heróicas relacionadas à história do negro na América.

Poeta selecionado: Solano Trindade (1908-1973).

Segundo Bernd (P.46), Solano Trindade “busca uma identidade que não é apenas individual ou nacional, mas solidária com todos os negros da América”. A autora afirma que a poesia de Trindade seja talvez a que, “dentre todos os poetas brasileiros, apresenta o maior número de elementos comuns com a melhor poesia negra que já se produziu nas três Américas”. Seu “Canto dos Palmares” é uma tentativa de construção épica que busca “reverter o esquema da epopéia tradicional, transformando os quilombolas de foras-da-lei, vencidos e humilhados, em heróis da ação épica.

CANTO DOS PALMARES

Solano Trindade

Eu canto aos Palmares
sem inveja de Virgílio e Homero
e de Camões
porque meu canto
é grito de uma raça
em plena luta pela liberdade

Há batidos fortes
de bombos e atabaques
em pleno sol
Há gemidos nas palmeiras
soprados pelos ventos
Há gritos nas selvas
invadidas pelos fugitivos
(...)

Neste mesmo período, há uma segunda fase que Bernd (1987, p. 57) denomina de fase da “consciência dilacerada”. Nela há a manifestação da ambigüidade de querer assimilar os valores estéticos do “mundo branco”, lamentando, ao mesmo tempo, a perda dos valores negros”, problemática não só do negro brasileiro, como de todo negro americano.

Poeta selecionado: Eduardo de Oliveira (1926-)

Em sua poesia, Eduardo Oliveira denuncia o “ocultamento constante do papel do negro na América e vai em busca de sua ancestralidade africana”.

GESTAS LÍRICAS DA NEGRITUDE

Eduardo de Oliveira

Eu quero ser no mundo uma atitude
de afirmação que, unicamente, cante
com poderosa voz, tonitroante,
A Gesta Lírica da Negritude...

Serei na vida o intransigente amante
de sua nobiliárquica virtude,
e, como alguém que entoa ao alaúde
uma canção, eu seguirei adiante...

Eu seguirei feliz, de braços dados
com meus irmãos dos cinco continentes...
que a todos amam, porque são amados.

E quando se ama a Humanidade inteira,
os ideais- por mais nobres, mais ardentes –
Irmanam-se numa única bandeira.

Uma terceira fase deste Período Contemporâneo é o que Bernd (p.81) chama de “A consciência trágica”, em virtude do modo que os poetas, diante das condições do preconceito racial, constroem seus poemas. Segundo a autora, nesta fase, “a matéria poética é apresentada, como na tragédia , de modo a despertar ‘piedade e horror’”. Os poemas desta fase buscam atrair a simpatia do leitor e igualmente tentam provocar sua rejeição ao preconceito e à discriminação racial.

Poeta selecionado: Luiz Silva (Cuti, 1951 -). Esforça-se pela divulgação da literatura negra. De acordo com Bernd (p.83), “Cuti utiliza uma linguagem corrosiva que se nutre, com freqüência, do léxico de luta e agressão contra uma realidade que perpetua, cem anos após a Abolição, a dialética Casa-grande/senzala”.

SOU NEGRO

Cuti

Sou negro
Negro sou sem mas ou reticências
Negro e pronto!
Negro pronto contra o preconceito branco
O relacionamento manco
Negro no ódio com que retranco
Negro no meu riso branco
Negro no meu pranto
Negro e pronto!
Beijo
Pixaim
Abas largas meu nariz
Tudo isso sim
- Negro e pronto!-
(...)

FERRO

Cuti

Primeiro o ferro marca
a violência nas costas
Depois o ferro alisa
a vergonha nos cabelos
Na verdade o que se precisa
é jogar o ferro fora
é quebrar todos os elos
dessa corrente de desespero.

Passemos aos Cadernos Brasileiros. Nos poemas registrados ao longo dos 28 números de Cadernos Brasileiros prevalece a tônica da luta pela afirmação e pelo reconhecimento social, numa linguagem como diz Proença Filho (1998:171), de “conteúdo manifesto”, transparente, e que apresenta a univocidade do tema.

SER E NÃO SER

Oliveira Silveira

O racismo que existe,
o racismo que não existe.
O sim que é não
o não que é sim.
É assim o Brasil
ou não?

A quase totalidade dos poemas dos Cadernos manifesta um posicionamento ideológico de comprometimento deliberado com a singularização da cultura e a conscientização da necessidade de seu resgate. Para isso, os poetas invocam figuras míticas e movimentos: (Por exemplo: LINHAGEM – Carlos de Assunção / Eu sou descendente de Zumbi/Zumbi⁶ é meu pai e meu guia/ Me envia mensagens do Orum/Meus dentes brilham na noite escura/Afiados como o agadá de Ogum (...) Eu sou descendente de Zumbi/ Zumbi é meu pai e meu guia/ Eu trago quilombos e vozes bravias dentro de mim). Invocam cultos e temas: (BATUQUE⁷ – Carlos de Assunção / Tenho um tambor/ (...) / Tambor que bate/Batuque, batuque bate/Tambor que bate/O toque de reunir/Todos os irmãos/ De todas as cores/ Num quilombo. DÚVIDA – Esmeralda Ribeiro - Se a margarida flor/ é branca de fato/qual a cor da Margarida que varre o asfalto? NEGRITUDE - Celinha/ (...) / De mim/ parte NEGRITUDE/ um golpe mortal/negrura rasgando o ventre da noite/punhal golpeando o colo do dia/um punho mais forte que as fendas de aço/das portas trancadas/ da casa da história.

Em se tratando das ações afirmativas, é nítida, portanto, sua relação dialógica com a poesia afrobrasileira. Às vezes essa relação é quase direta: (veja-se o POEMA ARMADO – Oubi Inaê Kibuko - Que o poema venha cantando/ao ritmo contagiante do batuque/um canto quente de força,/ coragem, afeto, união/ (...) / Que o poema venha alicerçado/e traga em suas bases/palavras tijolantes,/pontos cimentantes,/ portas, chaves, tetos, muros. E construa solidadmente/uma fortaleza de fé/naqueles que engordam/o exército dos desesperados/Para que nenhuma fera/não mais galgue escadas/à custa de necessidades iludidas... E nem mais se sustente/com carne, suor e sangue/dum povo emparedado e sugado/nos engenhos da exploração.

No que diz respeito à linguagem literária desses poemas, acompanhamos Proença Filho (1997: 171) quando diz que a preocupação com o conteúdo ideológico faz com que “sejam raros os exemplos com uma “linguagem diferenciada”, o que termina prejudicando a qualidade literária do poema. Tal condição leva a outra problemática, qual seja a de uma releitura cultural para a literatura negra surgida desde a década de 70, quando então “se perceberia que nela não importa sua qualidade, mas sim sua oportunidade (Lobo, apud Proença Filho, 1997: 175). Ainda segundo Domício Proença Filho, essa atitude pode ser muito prejudicial, podendo, de certa forma,

6 Título do chefe de um quilombo – núcleos em florestas ou serras onde se escondiam escravos fugitivos. Lá, organizavam a vida à maneira que lhes parecia mais apropriada. O quilombo mais importante no Brasil foi o de Palmares, no Estado de Alagoas. Ainda sobre “zumbi”, Nei Lopes (apud HOUAISS, 2001) registra que “em quimbundo, a raiz nzumb se liga à idéia de imortalidade; e a essa idéia parece estar ligado o nome do Herói de Palmares”.

7 Além dos vários significados da palavra, geralmente ligadas à idéia de fazer ritmo ou barulho (batucar), batuque designa genericamente os cultos afro-brasileiros.

“converter-se em instrumento mantenedor da discriminação”, o que equivaleria a se considerar a literatura negra como algo “a parte da arte literária do País que é dimensionada à luz dos conceitos norteadores da teoria da literatura e que, mesmo em tempos pós-modernos, seguem orientando os estudos da arte literária no Brasil e nos demais centros ocidentais. Há poetas, entretanto, que superam essa condição do peso subordinante da ideologia sobre a linguagem literária.

Sabe-se que, mesmo sendo pertinente e necessária a afirmação dos afro-brasileiros, nenhum dos poetas “concordará em ter seu texto legitimado apenas por força do tema, ou assunto que elege, ou porque, ao elegê-lo, pertence ao mesmo segmento étnico”. Diríamos mais: exatamente pela importância do tema da afirmação é que a representação da realidade afrobrasileira precisa ser eficaz. E tanto mais forte e eficaz será, quanto mais vigorosa for sua representação artística (neste estudo, representada pela arte literária), não só pelos argumentos de Eagleton referidos, mas também, pelo caráter simultaneamente sincrético e analítico da arte, sua estrutura multidimensional e polifônica que trazem à tona conteúdos insuspeitos pelo próprio artista⁸.

Em termos conclusivos, viu-se que os poemas expressam energicamente os temas da negritude, da indignação com o racismo, das reminiscências melancólicas da “Mãe-África” e suas tradições, da intenção de construir um novo tempo, tempo de afirmação de um povo que ajudou e ajuda a construir a nação brasileira. Essa voz poética é traduzida, e começa a obter hoje resposta, nas diversas ações afirmativas que exaltam a diversidade, a pluralidade cultural e as diferenças étnicas. Somente uma sociedade que reconheça esses valores permitirá a coexistência de igualdade de direitos, e por decorrência reconhecerá a legitimidade da reivindicação de cidadania plena para todos os seus membros. Na outra via, as políticas compensatórias serão muito mais acertadas se afinadas com os anseios mais genuínos, espontâneos e profundos que são expressos através da arte (literária, visual, musical, qualquer que seja). Portanto valorizemos a arte. Sempre e em qualquer circunstância. Para ser valorizada, a produção artística (de qualquer indivíduo ou segmento social) precisa ser conhecida e (criticamente) apreciada.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, Marcello (org.) *Reinventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
_____. *Cultura(s) Política(s) e Democracia no Século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
BERND, Zilá. *Negritude e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

⁸ Sobre isso, ver EHRENZWEIG, Anton. *A ordem oculta da arte*. Tradução de Luís Corção. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

CATTANI, Antonio D. & DÍAZ, Laura M. (org.). *Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas*. Traduzido por Ernani Ssó. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CAMPOS, Haroldo. Paul Valéry e a poética da tradução. In: COSTA, Luiz Angélico da (org.) *Limites da Traduzibilidade*. Salvador: EDUFBA, 1996.

EAGLETON, Terry. *Criticism and Ideology: a study in marxist literary theory*. London: Verso, 1978.

EHRENZWEIG, Anton. *A ordem oculta da arte*. Tradução de Luís Corção. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

GNISCI, Armando. *Introducción a la literatura comparada*. Traducido por Luigi Giuliani. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Traduzido por Adelaine Resende. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HOUAISS, A., VILLAR, M.S., MELLO FRANCO, F.M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JAKOBSON, Roman. On linguistic aspects of translation. In: VENUTI, Lawrence. (ed.) *The Translation Studies Reader*. London: Routledge, 2000.

LEFEVERE, A. (ed.). *Translation, History, Culture*. London: Routledge, 1992.

PAZ, Octavio. *Traducción: literatura y literalidad*. Barcelona: Tusquets Editores, 1981.

PIOVESAN, Flávia. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008.

PROENÇA FILHO, Domício. *A trajetória do negro na literatura brasileira*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura (IPHAN), 1997.

REMAK, Henry. *Comparative literature: its definitions and functions*. In: *Comparative Literature: methods and perspective*. Stalknecht, N. P. & Frenz, H. (eds.). Carbondale: Southern Illinois Press, 1971. _

SANTOS, Joel Rufino dos. *Culturas Negras, Civilização Brasileira*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura (IPHAN), 1997.

SCHMIDT, Benito, B. A Espanha e a América no final do século XV: o descobrimento e a conquista. In: WASSERMAN, C. (coord.). *História da América Latina: cinco séculos*. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

VIDAL, Maria del Carmen A. La cultura como unidad de traducción. In: VIDAL, Maria del Carmen, A. *El futuro de la traducción: últimas teorías, nuevas aplicaciones*. Valencia: Institució Alfons El Magnànim, 1998.

XAVIER, Regina C. L. (org.). *História da Escravidão e da Liberdade no Brasil Meridional*. Guia Bibliográfico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.